

**Autora: Valéria Araújo Sousa**  
**Filiação institucional: Autônoma**  
**E-mail: [vallpedaq@gmail.com](mailto:vallpedaq@gmail.com)**  
**ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2124-5707>**

## **Educação para a Cidadania: olhares sobre a participação infantil e fazeres na pré-escola**

### **Resumo**

À luz da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania - ENEC/2025, documento orientador que visa enquadrar a intervenção pedagógica da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento, o presente artigo tem por objetivo fazer reflexões teórico-práticas sobre como a Educação para a Cidadania se operacionaliza na pré-escola privilegiando o direito à participação infantil conforme Convenção sobre os Direitos das Crianças (1989). Educar para a cidadania corresponde a investir na coesão social à volta de valores comuns dos Direitos Humanos, da igualdade e não-discriminação. Partindo desse pressuposto, tem-se como ponto de partida a Educação Pré-escolar, primeira etapa da educação básica, num processo que perdura ao longo da vida, onde a participação da criança na vida em grupo permite que as mesmas tomem iniciativas e assumam responsabilidades, de modo a promover valores democráticos tais como a justiça, participação e a cooperação. Neste sentido, parto da seguinte problemática: como os saberes e fazeres que embasam a prática pedagógica do educador favorecem a operacionalização da Educação para a Cidadania na pré-escola? A fim de contemplar a questão norteadora deste trabalho, os seguintes objetivos foram delineados: i) compreender o conceito de cidadania; ii) identificar qual ou quais a/as conceção/ões de criança contida nas Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar/OCEPE/2016 e como esta/as evidencia/am a participação infantil; iii) relacionar os objetivos propostos pela ENEC com as aprendizagens sugeridas pelas OCEPE/2016. Neste sentido, optou-se por uma análise documental da ENEC/2025 em diálogo com as OCEPE/2026, destacando quais saberes e fazeres são essenciais na prática pedagógica que fortalecem a construção do conhecimento - Educação para a Cidadania, fomentando o debate sobre a temática e apontando desta maneira possíveis caminhos a serem desbravados.

**Palavras-chave:** Estratégia Nacional de Educação para a cidadania; Educação Pré-escolar; Cidadania; Participação infantil.

## **Citizenship Education: perspectives on children's participation and activities in preschool**

### **Abstract**

In light of the National Strategy for Citizenship Education - ENEC/2025, a guiding document that aims to frame the pedagogical intervention of the Citizenship and Development curriculum component, this article aims to offer theoretical and practical reflections on how Citizenship Education is implemented in preschool, prioritizing children's right to participation in accordance with the Convention on the Rights of the Child (1989). Educating for citizenship means investing in social cohesion around common values of human rights, equality, and non-discrimination. Based on this assumption, the starting point is preschool education, the first stage of basic education, in a process that lasts throughout life, where children's participation in group life allows them to take initiatives and assume responsibilities in order to promote democratic values such as justice, participation, and cooperation. In this sense, I start from the following problem: how does the knowledge and practices that underpin the educator's pedagogical practice favor the operationalization of Citizenship Education in preschool? In order to address the guiding question of this study, the following objectives were outlined: i) to understand the concept of citizenship; ii) to identify which concept(s) of childhood are contained in the Curriculum Guidelines for Preschool Education/OCEPE/2016 and how they highlight child participation; iii) relate the objectives proposed by ENEC to the learning suggested by OCEPE/2016. In this sense, we opted for a documentary analysis of ENEC/2025 in dialogue with OCEPE/2026, highlighting which knowledge and practices are essential in pedagogical practice that strengthen the construction of knowledge - Education for Citizenship, fostering debate on the theme and thus pointing out possible paths to be explored.

**Keywords:** National Strategy for Citizenship Education; Citizenship; Child participation; Preschool education

## Introdução

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma breve análise sobre a Estratégia Nacional para a Cidadania /ENEC-2025 assim como as contribuições que a mesma evoca alinhado às Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar/OCEPE-2026 na incumbência de tentar assimilar como se operacionaliza a temática da Educação para a Cidadania (EC) na pré-escola. Para tanto, compreender como os saberes e fazeres que embasam a prática pedagógica do educador favorecem a instrumentalização da Educação para a Cidadania na pré-escola, se constitui enquanto o objetivo geral do trabalho.

O referido documento, Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania /ENEC adota uma abordagem integrada e articulada, centrada na interdependência entre Direitos Humanos, Democracia e Instituições Políticas, Desenvolvimento Sustentável e Literacia Financeira e Empreendedorismo, bem como em temáticas prioritárias, tais como a Saúde, o Risco e Segurança Rodoviária, os *Media* e o Pluralismo e Diversidade Cultural, de forma a adotar uma visão mais abrangente e completa do exercício pleno de cidadania.

No âmbito da Educação para a Cidadania, componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento, pretende-se que os alunos adquiram conhecimentos, capacidades, atitudes e valores que os habilitem para a participação cívica, contribuindo assim para sociedades mais justas e inclusivas, no quadro da democracia, dos valores constitucionais e da defesa dos Direitos Humanos. Intenta-se, deste modo, que as aprendizagens essenciais promovam, por um lado, atitudes cívicas conscientes e, por outro, relacionamentos interpessoais e sociais responsáveis que capacitem os alunos para a participação na vida escolar, social e comunitária e para a avaliação crítica das implicações individuais e coletivas das suas ações e escolhas.

Longe de tornar esse trabalho reducionista descaracterizando o teor do documento proposto para análise – ENEC/2025, aqui será feito um recorte que privilegia apenas a Educação Pré-escolar. Assim será feito no intuito de dialogar com essa que é a primeira etapa da educação formal: pré-escola.

Para tanto, o trabalho foi organizado em eixos. O primeiro eixo tem como destaque um breve esboço do conceito de cidadania e participação infantil a partir dos aportes da Sociologia da Infância, o que fundamenta teoricamente este trabalho. O segundo eixo, destina-se a descrição da/s conceção/ões de criança contida nas

OCEPE/2016 e como esta/s potencializam a participação infantil. O terceiro eixo, dedicado à metodologia, analisa ambos os documentos – ENEC (objetivos) e OCEPE/2016 (aprendizagens), correlacionando-os como possibilidade de fazeres na Pré-escola. Por fim, na última parte, trago as considerações finais como forma de exercício no fazer educativo.

## **EIXO 1**

A promulgação da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) (ONU, 1989) que venceu as primeiras imagens e possibilidades da criança como cidadã é particularmente relevante. A CDC se constitui como um marco na desconstrução do “paradigma protecionista” da Infância (Soares & Tomás, 2004) abrindo possibilidades à participação infantil e ao envolvimento na tomada de decisão em contextos da sua vida diária.

Embora a promulgação tenha sido um avanço, o debate se amplia em torno de várias questões, dentre elas: relações de poder e questões de idade, de “maturidade política” e competências para se ser cidadão na prática. Estas tomam como ponto de partida a ideia da incompetência da criança em participar, negociar, influenciar e co-decidir com adultos em estruturas formais de tomada de decisão (Wyness, 2004; James, 2010; Sarmento, 2009).

Cockburn (2005) argumenta que diferentes estruturas necessitam de ser pensadas tendo em conta diferentes idades e diferentes interesses das crianças. Uma visão pluralista criará estruturas que permitam que diferentes grupos expressem os seus interesses e poder nas políticas que lhes dizem respeito (Trevisan, 2012). Ao assumirmos as reconfigurações da cidadania e das identidades de cidadania, os direitos políticos tornam-se fundamentais, obrigando a um “esticar” de limites que permitam a inclusão dos que permanecem do lado de fora (Plummer, 2003).

De acordo com Trevisan (2012), o conceito de cidadania, conjunto de experiências subjetivas em esferas públicas e privadas em que os cidadãos constroem identidades coletivas e individuais, participando e influenciando essas esferas, tem por finalidade incluir as crianças enquanto coletivo no acesso a direitos políticos, nomeadamente os de participação, influência e decisão.

Por outro lado, ações que descaracterizem esta participação, negando-a ou limitando-a, não poderão sequer ser generalizadas como um dado universal. Apesar

disso, na maioria das realidades as visões das crianças continuam a ser entendidas como não válidas e por isso, pouco interessantes de serem ouvidas (Wyness, 2004).

A voz política das crianças é então vista como ilegítima e desinteressante quando toca a assuntos políticos. Agregado a este facto, tem-se a ausência de espaços e estruturas onde essas vozes possam ser ouvidas e, por isso, legitimadas. Tomás (2011) pondera que pensar numa perspetiva de cidadania para a infância implicará sempre um esforço para promover a participação infantil, considerando as crianças como atores participativos nas relações sociais (...). A cidadania ativa não significa conformismo perante a estrutura social ou o cumprimento de comportamentos cívicos, mas a possibilidade do exercício do direito de contribuir para a mudança social e para a transformação da sociedade.

Neste sentido, a participação permanece como um foco central da cidadania uma vez que diz respeito não apenas ao direito em si, mas ainda à possibilidade de fazer parte de um coletivo e de ter uma oportunidade específica de ver ouvidos pontos de vista e vozes. As questões da participação são importantes uma vez que as decisões públicas são frequentemente tomadas em nome de gerações futuras, tornando óbvio que essas mesmas gerações tenham o direito a ser ouvidas e a co-decidir. Todavia, é válido indagar: o que entendemos por participação? .

A participação num sentido mais significativo deveria, assim, levar a transformações e influência nos contextos de vida das crianças, refletindo também sobre as esferas pública e privada onde as crianças sejam vistas não apenas como indivíduos, mas como coletivo.

Assim, a criação de espaços e contextos de participação das crianças deverá ter em conta os seguintes aspetos: situações particulares – mais proteção e menos participação; indisponibilidade da criança em querer participar; diferentes modos e tempos de participação, bem como a necessidade de ouvir as crianças sobre as suas próprias experiências e os modos como estas lhes permitem ou não, do ponto de vista político, exercer influência sobre os seus quotidianos.

Cabe ao educador, ao mobilizar estratégias de participação na pré-escola, atentar para tais aspectos a fim de minimizar o impacto ético no cotidiano da prática pedagógica. Neste sentido, a participação das crianças está atrelada à cenários promotores de co-decisão. Estes serão entendidos aqui, como os mais genuinamente próximos da construção da ideia de cidadania infantil, assumindo as crianças como competentes para analisarem situações, formularem argumentos, construir prioridades e, finalmente, construir decisão juntamente com os

adultos nos contextos em que se inserem – neste caso, contexto escolar – Pré-escola.

A escola, enquanto espaço socializador de grande importância na vida das crianças, estrutura os quotidianos infantis, bem como as suas diferentes aprendizagens, de modos formalmente estruturados. Nela, as crianças dispõem de recursos dentro e fora da sala de aula, que lhe permitem a construção de identidades individuais e coletivas, de desenvolvimento de espírito crítico, de cooperação e de experiencição de papéis. Enquanto espaço regulador da condição infantil pós moderna, atravessado também ele por um conjunto de tensões e incertezas da sociedade em sentido mais lato, a escola deverá contribuir para o desenvolvimento integral da criança, não a objetivando apenas como criança-aluno, mas sobretudo e também, como criança-sujeito, criança-pessoa, e no limite, como criança cidadã. (Trevisan, 2012)

Neste sentido, a escola não deverá permanecer como estrutura rígida e exterior aos seus mundos, mas antes, um espaço em que a criança encontre um papel ativo, relevante conforme os modos como esta se organiza.

Com base neste debate, a Educação para a Cidadania de acordo com a ENEC/2025, está centrada no funcionamento da democracia e na participação ativa nas esferas cívica, política, social, económica, jurídica e cultural, capacitando os alunos para o exercício e a defesa dos direitos e deveres democráticos, para a valorização da diversidade e para o desempenho de um papel ativo na vida democrática. (p.3). Portanto, propiciar estratégias para promoção da cidadania em sala de aula, no âmbito da Educação Pré-escolar, se constituiu como uma das possibilidades no contexto formal.

## **EIXO 2**

A educação pré-escolar é um nível educativo cujo currículo se desenvolve com articulação plena das aprendizagens, onde os espaços são geridos de forma flexível, em que as crianças são chamadas a participar ativamente na planificação das suas aprendizagens, nas quais o método de projeto e outras metodologias ativas são usados rotineiramente, em que se pode circular no espaço de aprendizagem livremente.

Desta forma, a criança deixou de ser “olhada” como um ser passivo, onde era contemplada apropriada pela sociedade, para passar a ser entendida como um ser ativo, implicado em vários campos da sua vida. Esta modificação deveu-se

sobretudo a redescoberta da infância pela Sociologia da Infância assistindo-se, nestes últimos anos, a “(...) um crescente interesse pela eleição da criança como objeto de estudo” (Ferreira, 2002, p. 5).

Partindo deste pressuposto, as Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar - OCEPE (2016) consideram a criança enquanto sujeito ativo e ponderam que a mesma tem papel de suma relevância no processo educativo onde:

O reconhecimento da capacidade da criança para construir o seu desenvolvimento e aprendizagem supõe encará-la como sujeito e agente do processo educativo, o que significa partir das suas experiências e valorizar os seus saberes e competências únicas, de modo a que possa desenvolver todas as suas potencialidades (OCEPE, 2016, p. 9).

Esse papel ativo da criança decorre também dos direitos de cidadania, que lhe são reconhecidos pela Convenção sobre os Direitos da Criança/CDC(1989), a saber: o direito de ser consultada e ouvida, de ter acesso à informação, à liberdade de expressão e de opinião, de tomar decisões em seu benefício e do seu ponto de vista ser considerado (Art. 12).

Garantir à criança o exercício destes direitos tem como consequência considerá-la o principal agente da sua aprendizagem, dando-lhe oportunidade de ser escutada e de participar nas decisões relativas ao processo educativo, demonstrando confiança na sua capacidade para orientar a sua aprendizagem e contribuir para a aprendizagem dos outros (OCEPE, 2016, p. 9).

No tocante ao Art. 12 da CDC, Landsdown (2010) sugere que as crianças tenham o direito em ser envolvidas e tomar parte de processos de tomada de decisão que implicam que os governos assegurem que esses direitos encontram as condições de serem postos em prática.

A autora identifica assim quatro níveis de envolvimento em processos de tomada de decisão: ser informado; expressar uma opinião formada; ter a sua opinião levada em conta; ser um decisor primário ou secundário. De modo a que todos os níveis possam acontecer, os adultos deverão ser capazes de transferir responsabilidade na tomada de decisão às crianças, de forma que desenvolvam as competências para o que conseguem fazer.

Assim, como as oportunidades para participação infantil no âmbito da Pré-escola podem ser estabelecidas? Desta maneira, a partir da análise documental, veremos o diálogo que se estabelece entre a ENEC - temas e objetivos e as OCEPE – aprendizagens promovidas que favorecem o aprendizado

da EC. Para tanto seguiu-se as seguintes etapas: 1. leitura flutuante dos documentos; 2. exploração do material dividindo-os em categorias (dimensões/áreas) pré-definidas; 3. interpretação de como as categorias pré-definidas dialogam entre si na promoção da construção de aprendizagens e favorecem a participação infantil.

### EIXO 3

A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania/ENEC tem por objetivo promover a sua implementação na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário. De natureza flexível, não prescritivo, a presente Estratégia pode ser utilizada em contextos diversos, no seu todo ou em parte, sequencialmente ou não.

Neste sentido, a mesma apresenta oito dimensões cujo trabalho a ser desenvolvido nestas deverá ajustar-se, em cada nível de educação e ensino, à idade das crianças e jovens e ao contexto de cada comunidade educativa, para os diferentes níveis e ciclos de ensino, numa perspetiva de continuidade e articulação vertical, durante toda a escolaridade obrigatória.

Portanto, uma das formas de concretização da ENEC(2025) pode ser por meio das seguintes dimensões:

| Grupo | Obrigatoriedade                                                                                                                                                                                    | Dimensões                                                                                                                         |
|-------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1     | Obrigatória em todos os anos de escolaridade                                                                                                                                                       | Direitos humanos<br>Democracia e Instituições Políticas<br>Desenvolvimento Sustentável<br>Literacia Financeira e Empreendedorismo |
| 2     | Obrigatória em pelo menos um ano de escolaridade em cada período: ao longo do 1º ciclo do ensino básico, ao longo do conjunto dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e ao longo do ensino secundário. | Saúde<br>Risco e Segurança Rodoviária<br>Pluralismo e Diversidade Cultural<br>Media                                               |

Quadro 1. Obrigatoriedade e dimensões da ENEC(2025)

Fonte: Estratégia Nacional para a Cidadania- 2025

As Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar, contemplam duas Áreas de conteúdos que concorrem para a Educação para a Cidadania: Área de Formação Pessoal e Social – componente: Convivência democrática e cidadania e Área do Conhecimento do Mundo – também a componente Convivência democrática e cidadania.

É válido pontuar que a distinção entre áreas de conteúdo corresponde a uma chamada de atenção para aprendizagens a contemplar, que devem ser vistas de forma articulada, dado que a construção do saber se processa de forma integrada, e há inter-relações entre os diferentes conteúdos, bem como aspetos formativos que lhes são comuns (OCEPE, 2016, p. 7).



Neste sentido, as áreas de conteúdo não são compartimentos estanques a serem abordados separadamente visto que, como aponta Morin (2003) “o retalhamento das disciplinas torna impossível apreender o que é tecido junto, isto é, o complexo, segundo o sentido original do termo” (p. 14).

A Área de Formação Pessoal e Social, considerada como área transversal, pois tendo conteúdos e intencionalidade próprios, está presente em todo o trabalho educativo realizado na Educação Pré-escolar e pressupõe: no desenvolvimento de atitudes, disposições e valores, que permitam às crianças continuar a aprender com sucesso e a tornarem-se cidadãos autónomos, conscientes e solidários (OCEPE, 2016, p. 6).

Esta área contempla aprendizagens essenciais interligadas às seguintes componentes: construção da identidade e da autoestima; independência e autonomia; consciência de si como aprendiz; convivência democrática e cidadania. A mesma parte do “(...) reconhecimento da criança como sujeito e agente do processo educativo” considerando que

(...) É nos contextos sociais em que vive, nas relações e interações com outros e com o meio que a criança vai construindo referências, que lhe permitem tomar consciência da sua identidade e respeitar a dos outros, desenvolver a sua autonomia como pessoa e como aprendiz, compreender o que está certo e errado, o que pode e não pode fazer, os direitos e deveres para consigo e para com os outros, valorizar o património natural e social - Educação para os valores (OCEPE, 2016, p. 32).

É pertinente destacar que Educação para os valores não é um processo que se ensine. Os valores se constroem nas relações que se estabelece com o outro. De forma específica, na pré-escola podemos pontuar a cultura de pares onde “as crianças aprendem uma com as outras num espaço de partilha comum” (Sarmiento, 2002, p. 14). Assim, é interagindo entre pares - ou seja, entre crianças - que elas adquirem capacidade para se apropriar do mundo em que vivem, bem como reinventá-lo e reproduzi-lo.

Dito isto, tem-se como objetivos essenciais a serem trabalhados na pré-escola, conforme o tema – Direitos Humanos:

Promover uma cultura de tolerância, de respeito pela diferença e de defesa da dignidade humana, dos Direitos Humanos e das liberdades fundamentais, em todos os aspetos da vida dos indivíduos, nomeadamente em questões relativas à igualdade de género, à origem nacional, étnica e social, contribuindo para que as crianças e os jovens adquiram os conhecimentos, as capacidades, os valores e as atitudes que lhes permitam compreender, exercer e defender os Direitos Humanos, assumindo o

respeito por estes como responsabilidade de todas as pessoas, em defesa de sociedades em que exista coesão social, paz, justiça, liberdade e democracia. (ENEC, 2025, p.4)

Afim de atingir tais objetivos o educador deverá promover as seguintes aprendizagens para a criança na pré-escola na área de Área de Formação Pessoal e Social – componente: convivência democrática e cidadania: selecionar materiais que não veiculam estereótipos de género, cultura, etnia etc; dialogar com as crianças sobre o modo como perspectiva a diferença (género, cultura, etnia etc) apoiando-as a compreender situações de injustiça e discriminação e a propor soluções; valorizar as diversidades culturais das crianças e de suas famílias; incentivar a tomada de decisão individual e coletiva e a resolução de conflitos pelo diálogo.

Estas aprendizagens serão construídas quando as crianças: reconhece a diversidade de características e hábitos de outras pessoas e grupos, manifestando respeito por crianças e adultos independente de diferenças físicas, de capacidade de género, de etnia, de cultura, de religião e outra; perante opiniões e perspectivas diferentes da sua, escuta, questiona e argumenta, procurando chegar a resoluções ou conclusões negociadas; reconhece a importância do património natural, identifica alguma das ameaças à sua conservação e adota práticas “amigas” do ambiente e outras.

No tocante ao tema Literacia financeira e empreendedorismo, tem por objetivo promover a aquisição de conhecimentos, capacidades, valores e atitudes no domínio financeiro e utilizá-los para tomar decisões informadas sobre recursos financeiros, orçamento, poupança e investimento, fomentando o espírito de iniciativa, a criação de valor, a proatividade, a curiosidade, a perseverança para alcançar objetivos, a ética e a responsabilidade social, no sentido de preparar as crianças e os jovens para enfrentarem desafios económicos e sociais do mundo contemporâneo.

Estes objetivos serão contemplados quando o educador promove as seguintes aprendizagens para a criança na pré-escola, área de Área de Expressão e comunicação – Domínio da Matemática e componente: Organização e Tratamento de dados: recolher informação pertinente para dar resposta a questões colocadas, recorrendo a metodologias adequadas (listagens, desenhos, etc.); utilizar gráficos e tabelas simples para organizar a informação recolhida e interpretá-los de modo a dar resposta às questões colocadas. Na componente Interesse e Curiosidade pela

matemática: mostrar interesse e curiosidade pela matemática, compreendendo a sua importância e utilidade; sentir-se competente para lidar com noções matemáticas e resolver problemas.

Para tanto, podem ser consideradas as seguintes aprendizagens construídas quando a criança: não desiste de resolver um problema e, quando não consegue, procura uma nova abordagem; expressa as suas razões para interpretar uma dada situação ou para seguir uma determinada estratégia; coloca questões e participa na recolha de dados acerca de si própria, de situações do meio ambiente e do seu cotidiano; compreende que o tratamento de dados é uma forma de descrever a realidade.

Assim, pode-se sintetizar, conforme Quadro 2, a relação entre objetivos à luz da ENEC e aprendizagens propostas pelas OCEPE da seguinte forma:

| Tema                                    | Objetivos (ENEC)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | Aprendizagens (OCEPE)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|-----------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Direitos humanos                        | Promover uma cultura de tolerância, de respeito pela diferença e de defesa da dignidade humana, dos Direitos Humanos e das liberdades fundamentais, em todos os aspetos da vida dos indivíduos, nomeadamente em questões relativas à igualdade de género, à origem nacional, étnica e social, contribuindo para que as crianças e os jovens adquiram os conhecimentos, as capacidades, os valores e as atitudes que lhes permitam compreender, exercer e defender os Direitos Humanos, assumindo o respeito por estes como responsabilidade de todas as pessoas, em defesa de sociedades em que exista coesão social, paz, justiça, liberdade e democracia. | <b>Área de Formação Pessoal e Social</b> – reconhece a diversidade de características e hábitos de outras pessoas e grupos, manifestando respeito por crianças e adultos independente de diferenças físicas, de capacidade de género, de etnia, de cultura, de religião e outra; perante opiniões e perspectivas diferentes da sua, escuta, questiona e argumenta, procurando chegar a resoluções ou conclusões negociadas; reconhece a importância do património natural, identifica alguma das ameaças à sua conservação e adota práticas “amigas” do ambiente<br><br>COMPONENTE:Convivência democrática e cidadania. |
| Literacia financeira e empreendedorismo | Promover a aquisição de conhecimentos, capacidades, valores e atitudes no domínio financeiro e utilizá-los para tomar decisões informadas sobre recursos financeiros, orçamento, poupança e investimento, fomentando o espírito de iniciativa, a criação de valor, a proatividade, a curiosidade, a perseverança para alcançar objetivos, a ética e a responsabilidade social, no sentido de preparar as crianças e os jovens para enfrentarem desafios económicos e sociais do mundo contemporâneo.                                                                                                                                                        | <b>Área de Expressão e Comunicação</b> – Não desiste de resolver um problema e, quando não consegue, procura uma nova abordagem; expressa as suas razões para interpretar uma dada situação ou para seguir uma determinada estratégia;<br>COMPONENTE/DOMÍNIO: Matemática – Interesse e Curiosidade pela matemática<br><br>Coloca questões e participa na recolha de dados acerca de si própria, de situações do meio ambiente e do seu cotidiano; compreende que o tratamento de dados é uma forma de descrever a realidade<br><br>COMPONENTE/DOMÍNIO: Matemática – Organização e Tratamento de dados                   |

Quadro 2 - Área de Formação Pessoal e Social: pistas de operacionalização de EC na pré-escola.

Fonte: Estratégia Nacional para a Cidadania e Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar - DGE/2016.

A segunda área que concorre para a Educação para a Cidadania é a Área do Conhecimento do Mundo. A mesma apresenta uma característica peculiar, conforme as Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar:

é uma área em que a sensibilização às diversas ciências é abordada de modo articulado, num processo de questionamento e de procura organizada do saber, que permite à criança uma melhor compreensão do mundo que a rodeia... implica também o desenvolvimento de atitudes positivas na relação com os outros, nos cuidados consigo próprio, e a Criação de hábitos de respeito pelo ambiente e pela cultura, evidenciando-se assim a sua inter-relação com a área da Formação Pessoal e Social (p.85).

Assim sendo, a abordagem do Conhecimento do Mundo parte do que as crianças já sabem e aprenderam nos contextos em que vivem. A extrapolação do meio próximo da criança tem para esta um sentido afetivo e relacional, que facilita a sua compreensão e apreensão como também proporciona a elaboração de quadros explicativos para compreender outras situações mais distantes.

Isto posto, dois temas propiciam o debate da EC para serem trabalhados na Pré-escola: Democracia e Instituições Políticas e Desenvolvimento Sustentável.

No tocante ao tema Democracia Instituições Políticas, teme-se o seguinte objetivo:

Assegurar que as crianças e os jovens conheçam as instituições democráticas nacionais, regionais e locais e sejam capazes de refletir sobre cidadania ativa, democracia, ética e integridade na governança democrática, bem como debater o papel internacional de Portugal, nomeadamente na União Europeia, num contexto de globalização e interdependência, assumindo a sua participação ativa na co-construção de um mundo pacífico e livre (ENEC, 2025, p.5)

As aprendizagens, no tema Democracia e instituições políticas são construídas quando a criança: demonstra curiosidade e interesse pelo que a rodeia, colocando questões que evidenciam o seu desejo de saber mais; encontra explicações provisórias para dar resposta às questões colocadas; participa com interesse no planeamento e implementação da metodologia que caracteriza o processo de descoberta da investigação científica (observar, comparar, pesquisar, experimentar, registar, tirar conclusões); participa na organização e apresentação da informação, de modo a partilhar com outros (colegas da sala, outras crianças e/ou adultos) os conhecimentos, resultados e conclusões a que chegou; demonstra envolvimento no processo de descoberta e exploração e revela satisfação com os novos conhecimentos que adquiriu.

No que diz respeito ao tema Desenvolvimento sustentável, as crianças deverão consolidar as seguintes aprendizagens: se reconhece como ser vivo com características e necessidades semelhantes às dos outros seres vivos (crescimento, nutrição, abrigo, etc.); conhece diferentes animais, diferenciando-os pelas suas características e modos de vida (domésticos/selvagens, aves/peixes, etc.); mostra

curiosidade e procura uma explicação para fenómenos atmosféricos que observa (chuva, vento, nuvens, trovoadas, etc.); antecipa e expressa as suas ideias sobre o que pensa que vai acontecer numa situação que observa ou experiencia e procura explicações sobre os resultados (mistura de água com areia, com açúcar, com azeite; objetos que flutuam e não flutuam; efeitos de luz e sombra, atração por um íman; gelo que derrete, mistura de cores, etc.); partilha as suas ideias sobre como se processam algumas transformações naturais (a queda das folhas das árvores, o vento, a sucessão dia/noite, etc.); demonstra, no quotidiano, preocupações com o meio ambiente (apanhar lixo do chão, fechar as torneiras, apagar as luzes, etc.)

Cabe ressaltar que as aprendizagens são sugestões. Longe de ser um receituário, as mesmas são possibilidades de trabalhar a EC e potencializar a participação infantil tendo em conta as características de cada turma. Cabe ao educador selecionar materiais consoante estas características.

| Tema                                       | Objetivos (ENEC)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | Aprendizagens (OCEPE)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|--------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Democracia e instituições políticas</b> | Assegurar que as crianças e os jovens conheçam as instituições democráticas nacionais, regionais e locais e sejam capazes de refletir sobre cidadania ativa, democracia, ética e integridade na governança democrática, bem como debater o papel internacional de Portugal, nomeadamente na União Europeia, num contexto de globalização e interdependência, assumindo a sua participação ativa na co-construção de um mundo pacífico e livre. | <b>Área do Conhecimento do Mundo</b> – Demonstra curiosidade e interesse pelo que a rodeia, colocando questões que evidenciam o seu desejo de saber mais; encontra explicações provisórias para dar resposta às questões colocadas; participa com interesse no planeamento e implementação da metodologia que caracteriza o processo de descoberta da investigação científica (observar, comparar, pesquisar, experimentar, registar, tirar conclusões); participa na organização e apresentação da informação, de modo a partilhar com outros (colegas da sala, outras crianças e/ou adultos) os conhecimentos, resultados e conclusões a que chegou; demonstra envolvimento no processo de descoberta e exploração e revela satisfação com os novos conhecimentos que adquiriu.<br><br>COMPONENTE: introdução à metodologia científica                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| <b>Desenvolvimento sustentável</b>         | Assegurar que as crianças e os jovens adquiram os conhecimentos, capacidades, valores e atitudes que lhes permitam contribuir para um mundo ambiental e socialmente sustentável, que promova a conservação da natureza e da biodiversidade, o bem-estar animal, a preservação dos oceanos e a melhoria da qualidade de vida das populações, atendendo às necessidades das atuais gerações, assim como às das gerações vindouras.               | <b>Área do Conhecimento do Mundo</b> - Se reconhece como ser vivo com características e necessidades semelhantes às dos outros seres vivos (crescimento, nutrição, abrigo, etc.); Conhece diferentes animais, diferenciando-os pelas suas características e modos de vida (domésticos/selvagens, aves/peixes, etc.); Mostra curiosidade e procura uma explicação para fenómenos atmosféricos que observa (chuva, vento, nuvens, trovoadas, etc.); Antecipa e expressa as suas ideias sobre o que pensa que vai acontecer numa situação que observa ou experiencia e procura explicações sobre os resultados (mistura de água com areia, com açúcar, com azeite; objetos que flutuam e não flutuam; efeitos de luz e sombra, atração por um íman; gelo que derrete, mistura de cores, etc.); Partilha as suas ideias sobre como se processam algumas transformações naturais (a queda das folhas das árvores, o vento, a sucessão dia/noite, etc.). Demonstra, no quotidiano, preocupações com o meio ambiente (apanhar lixo do chão, fechar as torneiras, apagar as luzes, etc.)<br><br>COMPONENTE: conhecimento do mundo físico e natural |

Quadro 3 - Área de Conhecimento de Mundo: pistas de operacionalização de EC na pré-escola.

Fonte: Estratégia Nacional para a Cidadania e Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar – DGE/2016.

## **Considerações finais**

Revisitar quais os temas e aprendizagens essenciais na prática pedagógica que fortalecem a EC se constitui enquanto possibilidades, possibilidades essas que não se esgotam aqui. Ao contrário, aqui é o início de um debate que aponta para “um novo caminho”.

Esse “novo caminho” encontra amparo, por um lado, nos conceitos de Cidadania e Participação infantil, em simbiose com as concepções de criança, e, por outro, na articulação crescente com outras abordagens educativas - como a Educação para a Paz, a Educação para os Direitos Humanos, a Educação para a Igualdade de Género, a Educação Intercultural ou a Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

Considerando essas especificidades, cuja tônica repousa nos princípios da justiça, equidade e solidariedade, ao educador é atribuído um papel preponderante: comprometer-se com uma prática pedagógica transformadora, onde o seu papel em diálogo com seus educandos, considera a criança como agente do processo educativo e reconhece-lhe o direito de ser ouvida nas decisões que lhe dizem respeito conferindo-lhe um papel ativo no planeamento e avaliação do currículo, constituindo esta participação uma estratégia de aprendizagem. Por conseguinte, uma prática educativo-crítica.

Neste sentido, compete ao educador considerar que tal produção ou construção voltada para EC pressupõe uma relação dialógica. Apesar dessa construção dialógica, Freire (1987), considera que é uma exigência existencial que não pode se reduzir ao ato de depositar ideias de um sujeito no outro dado que é por via do diálogo que se solidifica tanto o agir quanto o refletir dos sujeitos que se dispõem a transformar e humanizar o mundo.

É neste encontro, portanto, entre educador e as crianças que juntos o conhecimento é construído, que se delineia outros saberes fundantes de uma prática voltada para a EC. Os mesmos se apresentam como caminhos que, uma vez trilhados em conformidade com os objetivos e aprendizagens (Quadro 2 e 3), favorecem a participação da criança na pré-escola reafirmando a sua condição enquanto “ser único, com características, capacidades e interesses próprios, com um processo de desenvolvimento singular e formas próprias de aprender” (OCEPE, 2016, p. 8).

## **Referências bibliográficas**

COCKBURN, Tom. **Children as participative citizens: a radical pluralist case for 'childfriendly' public communication.** Journal of Social Sciences, Special Issue. Nº9, 19:29, 2005.

**Estratégia Nacional de Educação para a cidadania.** República Portuguesa. Educação, Ciência e Inovação, 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

LANSDOWN, Gerrison. **The realisation of children's participation rights.** In Percy-Smith, Barry; Thomas, Nigel (2009). A Handbook of Children and Young People's. Participation. London: Routledge, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar.** Direção Geral da Educação. Lisboa. Disponível em: [www.dge.mec.pt](http://www.dge.mec.pt). Acedido em novembro, 10, 2025, 2016.

PLUMMER, Ken. **Intimate Citizenship. Private Decisions and Public Dialogues,** Seattle: University of Washington Press, 2003.

SOARES, Natália; TOMÁS, Catarina. **Da Emergência da participação à necessidade de consolidação da cidadania da infância: os intricados trilhos da ação, da participação e do protagonismo social e políticos da infância,** in Sarmiento, Manuel; Cerisara, Beatriz (org.). Crianças e miúdos. Perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto: ASA, pp.132162, 2004.

TOMÁS, Catarina. **"Há muitos mundos no mundo" Cosmopolitismo, participação e direitos da criança.** Porto: Afrontamento, 2011.

WYNESS, Michael; HARRISON, Lisa; BUCHANAN, Ian (2004). **Childhood, Politics and Ambiguity: towards an agenda for children's political inclusion.** Sociology. 38:81, 81:99, 2004.